

A stylized, light-colored illustration of a plant with several leaves and a cluster of small, round buds or flowers, positioned on the left side of the cover.

PRODUTO EDUCACIONAL :  
**AVALIAÇÃO**  
**INSTITUCIONAL**  
**NA CRECHE**

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA SIMAS

PAULO SERGIO GARCIA

PRODUTO RESULTADO DA PESQUISA – REQUISITO  
PARA O TÍTULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PELA  
USCS



RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA SIMAS  
PAULO SERGIO GARCIA

# FORMAÇÃO PARA GESTORES: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA CRECHE

Produto Educacional

São Caetano do Sul-SP

2022



Autorizamos, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

## FICHA CATALOGRÁFICA

SIMAS , Rita de Cássia Oliveira ; GARCIA, Paulo Sergio;  
Formação para gestores: Avaliação Institucional na Creche – SIMAS, Rita de Cássia Oliveira ,  
orientador Professor Doutor Paulo Sergio Garcia . – São Caetano do Sul, 2022.  
36 fls.  
ISBN 978-65-00-18041-1  
Produto Educacional (Mestrado Profissionalizante em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2022.  
1 Formação de gestores. 2 Gestão escolar 3 Produto Educacional. 4 Avaliação na creche - Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.



# Sumário:

APRESENTAÇÃO .....	05
OBJETIVOS .....	06
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	07
A CIDADE DE SANTO ANDRÉ A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	10
CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	11
FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	12
OS INDICADORES DE QUALIDADE.....	13
CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA AVALIAR A CRECHE.....	15
CONSIDERAÇÕES.....	16
BIBLIOGRAFIA.....	18



# APRESENTAÇÃO

A partir dos resultados de pesquisa apresentados ao Programa de Pós- Graduação em Educação- Mestrado Profissional da Universidade Municipal de São Caetano do Sul na área de concentração Política e Gestão da Educação elaboramos um produto educacional, cuja a estrutura é baseada em uma formação para os gestores em relação à avaliação institucional e suas particularidades: a delimitação do tema, os processos e as funções da avaliação, seus objetos e critérios, os sujeitos e os períodos em que o processo deve ocorrer e a presença de um avaliador experiente para auxiliar no trabalho.



# OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PARA GESTORES

- Capacitar os gestores em relação aos processos de avaliação institucional na creche.

## **Específicos:**

- Esclarecer o que é avaliação institucional e a diferença entre avaliação interna (autoavaliação) e externa (realizada pelo MEC);
- Apresentar as especificidades da Educação Infantil em relação à avaliação institucional
- Apresentar os princípios de qualidade na Educação Infantil;
- Apresentar princípios norteadores para uma avaliação institucional participativa
- Fomentar as discussões para elaboração de estratégias para os processos de avaliação institucional das creches a fim de criar indicadores que possibilitem políticas públicas efetivas para esse segmento;



# **AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE**

Discutir o tema da qualidade na Educação Infantil no contexto das políticas públicas vem se mostrando necessário, diante de nosso processo histórico, no qual a efetivação do direito de todas as crianças à primeira etapa da Educação Básica é recente e os avanços nesse sentido têm sido lentos. Além disso, o próprio termo qualidade em educação é polissêmico e exige rigor, quando tomado como objeto de investigação.

Isso posto, pretende-se abordar, com base nos documentos oficiais que orientam e definem os parâmetros relacionados à qualidade da educação infantil, o tema da avaliação nesta etapa da educação básica.

No Plano Nacional de Educação são apresentadas metas que assumem um compromisso com a garantia de direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.



Não obstante a elevação da avaliação da etapa ao status de “problema social”, como afirma Rosemberg (2013), no que tange à legislação, tanto a LDBN 9394/96 como a Constituição não indicam aspectos a ser avaliados, na educação infantil, que tenham como propósito o levantamento de informações para a tomada de decisão no nível da política pública. No caso da LDBN, apenas a avaliação da criança é mencionada, devendo ocorrer “mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Artigo 31), circunscrevendo-se ao âmbito da avaliação da aprendizagem, sob responsabilidade dos estabelecimentos educacionais.

De acordo com Sousa (2014, p. 71), é o PNE 2001-2011, estabelecido pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que vai prever, pela primeira vez, encaminhamentos nessa perspectiva:

O objetivo/meta 11 preceituava a avaliação das instituições de atendimento de crianças de zero a três anos de idade, o objetivo/ meta 19 prescrevia o estabelecimento de “parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade”, além do objetivo/ meta 10 que indicava a expectativa de que.



Para contextualizar daremos foco a meta 1 do PNE que está relacionada a universalização da educação infantil:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014).



# A CIDADE DE SANTO ANDRÉ E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No município de Santo André, a avaliação institucional está presente no Plano Municipal de Educação, estratégia 1.4, que consiste em construir, a partir do 2º (segundo) do Plano Municipal, o Sistema de Avaliação Institucional da Educação Infantil, com a utilização de indicadores que possam compreender a infraestrutura física, as condições de trabalho dos profissionais, os recursos pedagógicos, entre outros. Ela tem de ser realizada a cada dois anos (SANTO ANDRÉ, 2016).

O Plano Municipal de Educação indicou também que as escolas devem realizar suas avaliações institucionais, utilizando o documento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. Em 2019, a Secretaria de Educação indicou para as escolas que a avaliação institucional tem de ser um processo realizado por toda a comunidade escolar, a partir de um processo democrático e inclusivo. (SANTO ANDRÉ, 2018).

Trata-se da ideia de induzir esta forma de avaliação nas instituições.



# CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Quais os desafios para a efetivação de políticas públicas que efetivem um Sistema de Avaliação Institucional da Educação Infantil, na cidade de Santo André conforme determina o PME, uma análise das vivências no processo.

- Os sujeitos envolvidos no processo não identificarem a avaliação institucional como sua atribuição
- Distanciamento dos sujeitos em relação a delimitação do tema: Avaliação institucional - revelando perspectivas individualizadas sobre o tema
- Distanciamento dos sujeitos em relação aos critérios de qualidade para a realização da avaliação institucional das creches;



# FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na literatura, o conceito de avaliação institucional surge relacionado a termos tais como avaliação interna e autoavaliação. Esses processos tratam da avaliação realizada pelos próprios profissionais da escola ou por entidades fora da instituição, todavia a pedido dela (BRANDALISE, 2010; OLIVEIRA, 2013).

Para Brandalise (2010, p. 322),

A autoavaliação da escola é aquela em que o processo é conduzido e realizado por membros da comunidade educativa. Pode ser definida como uma análise sistemática da escola com vistas a identificar os seus pontos fortes e fracos e a possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias. Frequentemente é realizada tendo como motivação principal o acompanhamento do projeto pedagógico da escola, no quadro de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional e institucional.



# OS INDICADORES DE QUALIDADE

Os indicadores operacionalizam os parâmetros curriculares. No geral, visam qualificar a realidade escolar. De acordo com o documento, a qualidade é polissêmica e está relacionada a vários aspectos:

- valores e tradições de uma determinada cultura;
- conhecimentos científicos sobre o modo como ocorre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças;
- contexto histórico, social e econômico em que a escola está inserida.

O documento foi construído com o objetivo de colaborar com as equipes gestoras das escolas e com a comunidade escolar para a participação na avaliação da Educação Infantil, visando à melhoria da qualidade. Embora ele indique uma avaliação aberta e participativa, de acordo com Ferreira (2020, p. 34), faz-se “necessário considerar aspectos fundamentais, fundamentos, para definir qualidade”.



**EMBORA NÃO  
EXISTA UMA  
ÚNICA FORMA  
DE USAR O  
MATERIAL DO  
INDIQUE,  
SINTETIZAMOS  
ALGUMAS  
DIRETRIZES. SÃO  
ELAS:**

- a) Criar uma equipe responsável, cuja tarefa é organizar e acompanhar a avaliação;
- b) Mobilizar toda a comunidade escolar (interna e externa) para participar do processo de avaliação;
- c) Preparar a comunidade escolar em relação à avaliação, aos processos e aos objetivos, por meio de reuniões;
- d) Definir a data da avaliação;
- e) Organizar, no processo de avaliação, os membros em pequenos grupos para cada dimensão a ser avaliada;
- f) Garantir que a avaliação ocorra com base em perguntas, cujas respostas são sinalizadas por meio de cores: verde, se a escola tem o indicador bem consolidado; amarelo, se o indicador ocorre, mas precisa melhorar; e vermelho, se o indicador não existe ou precisa melhorar muito);
- g) Organizar reunião em plenária para apresentação das propostas, discussão e elaboração conjunta de um plano de ação;
- h) Implementar o plano de ação;
- i) Monitorar a execução dos planos.



# CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA AVALIAR A CRECHE

Para Mujika et al. (2009, p. 91-92), a avaliação é o “processo de identificação, levantamento e análise de informação relevante de um objeto educacional” e deve ser “sistemática, rigorosa, planejada, dirigida, objetiva, crível, fidedigna e válida para emitir juízo de valor”. Além disso, tal juízo tem de ser “baseado em critérios e referências preestabelecidos para determinar o valor e o mérito”. A partir dessas considerações, é lícito questionar quem, de fato, deve criar esses critérios e quais elementos devem ser defendidos na elaboração.

De acordo com Bondioli (2013, p. 15), a qualidade tem natureza processual, negociável, caráter participativo e reflexivo, além de ser contextual e transformadora. (BONDIOLI, 2013, p. 15). Em suas palavras,

[...] não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede [...] e sobre como deveria ou poderia ser (BONDIOLI, 2013, p. 14).



# CONSIDERAÇÕES

O estudo evidenciou as relações existentes entre a atuação das assistentes pedagógicas e a avaliação institucional da creche, no município de Santo André. Neste contexto, destacamos a inovação desta presente pesquisa realizada no município de Santo André. Os dados aqui encontrados são, de fato, esclarecedores de uma demanda em relação às creches na cidade de Santo André.

As análises das relações existentes entre a atuação das assistentes pedagógicas e a avaliação institucional nos sugere a elaboração de uma formação consistente sobre tal processo. Com efeito, este foi o produto desta pesquisa, apresentado no item anterior. Os resultados apresentaram um quadro de ambiguidades. Por um lado, as profissionais destacaram a importância da avaliação institucional no contexto das creches, mostraram que tinham alguma experiência na participação em avaliação institucional e demonstraram que possuíam certo preparo na condução do processo. Em contrapartida, por outro lado, observamos a ausência de vínculos entre as atividades realizadas, as atribuições das assistentes pedagógicas, e a avaliação institucional. Ademais, ressalta-se a falta de conhecimentos sobre elementos básicos da avaliação, em geral, e da avaliação institucional, em particular, sobretudo o entendimento sobre o tema, sobre os processos e as funções, sobre objetos da avaliação, seus critérios, entre outras questões, o que muito possivelmente traz desdobramentos para o trabalho avaliativo das profissionais.



Em suma, o quadro de ambiguidades aqui apresentado, por um lado, contrasta com a importância atribuída à avaliação institucional, bem como com a certa experiência e o certo preparo das assistentes pedagógicas. Por outro lado, revela, grosso modo, a ausência de conhecimentos sobre os processos de avaliação institucional.

A nosso ver, tal situação pode ser alvo de discussões e debates entre os profissionais da Secretaria de Educação de Santo André e de outras cidades, além de se tornar objeto de formação para essas profissionais. Por meio do presente estudo, esperamos ter contribuído para desvelar as relações entre a atuação das assistentes pedagógicas e a avaliação institucional da creche, no município de Santo André.



# BIBLIOGRAFIA

- ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 24, n. 54, p. 12-31, 2013.
- ALMEIDA, J. G.; PAIVA, H. V. G. A. de. Avaliação institucional na educação infantil: a participação das crianças na organização do trabalho pedagógico. *EccoS Revista Científica*, núm. 40, maio-agosto, 2016, pp. 83-96 Universidade Nove de Julho- São Paulo, Brasil.
- ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (orgs.). *As relações interpessoais na formação de professores*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R.; DA CUNHA VALLE, R. *Teoria da Resposta ao Item: conceitos e aplicações*. São Paulo: Associação Brasileira de Educação, 2000.
- ARANA, A. R. A.; GATTI, B.; GEBRAN, R. (Orgs.) . *Os Desafios da Avaliação Institucional: o papel da CPA*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2014
- BARBIER, J.M. *Avaliação em Formação*. Portugal: Porto: Edições Afrontamento, 1985.
- BAUER, R. *Social indicators*. Cambridge: MIT Press, 1967.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007
- BONDIOLI, A.; SAVIO, D. (orgs.); D' ALFONSO, F. et al. *Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos*. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.
- BONDIOLI, A. (Org.). *O projeto pedagógico da creche e sua avaliação: a qualidade negociada*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2015
- BRANDALISE, M. A. T. *Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas* - Doi: 10.5212/OlharProfr.v.13i2.0008. *Olhar de Professor*, v. 13, n. 2, p. 317-332, 11.
- BRANDALISE, M. A. T. *Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional*. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 1, p. 55-74, 2015.
- BRANDALISE, M. A. T.; MARTINS, C. B. *Programa de avaliação institucional da educação básica do Paraná: da produção à implementação da política na escola*. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 1-21, set./dez. 2011.



BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. . Brasília, DF, 25 jun. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. S/L 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em 18 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f503Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CASALI, A. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, I. F. (Org.). Avaliação da Aprendizagem: discussão de caminhos. São Paulo: Editora Articulação Universidade/ Escola, 2007.

CHAPMAN, C.; SAMMONS, P. School Self-Evaluation for School Improvement: What Works and Why?. CfBT Education Trust. 60 Queens Road, Reading, RG1 4BS, England, 2013.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista portuguesa de educação, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CIZEK, G. J. Did the common core kill classroom assessment? Education Week, April 15, 2019.

CRAHAY, Marcel. Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Trad. Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

CRUZ, T. et al.. Novo Fundeb: Prós e Contras das Propostas em Debate. Relatório de Política Educacional. D3E. 2019

DE SOUSA, C P. Dimensões da avaliação educacional. Estudos em Avaliação Educacional, n. 22, p. 101-118, 2000.



- DIAS SOBRINHO, J. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis:Insular,2002.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- DRB ASSESSORIA. Avaliação Institucional: Necessidades e condições para realização. Santo André, 2010. Disponível em:  
[http://www.dr бассessoria.com.br/Avali\\_Institucional.pdf](http://www.dr бассessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf). Acesso em: 16 jan 2017.
- DUBET, F. O que é uma escola justa? : a escola das oportunidades. Trad. Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2004
- ESTEBAN, M. T. Escola, currículo e avaliação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FERREIRA, H. F.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico. Nota técnica. Brasília: IPEA, 2007.
- FERREIRA, L. Possibilidades e desafios para a melhoria da qualidade do berçário: a percepção de diretoras de creche do município de Santo André. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2020.
- FESTA, M. Autoavaliação institucional participativa da educação infantil da cidade de São Paulo. 2019. 287f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FREITAS, I. G. A. S. F. de. Avaliação do desempenho de alunos do Ensino Fundamental: uma análise do programa Prova São Caetano Digital. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2021.
- FREITAS, L. C. A importância da avaliação e seus desafios: em defesa de uma responsabilização participativa. Em aberto, v. 29, n. 96, 2016.
- FREITAS. P. Formação docente em avaliação educacional: lacunas, consequências e desafios. 2019. 149f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FURLANETTO, E. C; SELANNI, H. A. V. A legitimação do coordenador pedagógico: duas experiências em foco. In.: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M.. N. S. (Orgs.). O coordenador pedagógico e a legitimidade de sua atuação. São Paulo: Loyola, 2017



- GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, MEC, 1994.
- GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. 2010. Disponível em: [http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3086/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_084.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3086/1/FPF_PTPF_12_084.pdf). Acesso em 10 jul. 2022.
- GARCIA, P. S. et al. Austrália, Brasil e Canadá: Impacto das Avaliações no Ensino de Ciências. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 29, n. 70, p. 188-221, jan./abr. 2018.
- GATTI, B. A.; DE MENEZES, L. C. Educação e futuros: desafios em busca de equidade. Revista Lusófona de Educação, v. 52, n. 52, 2014
- GATTI, B. A. et al. Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, n. 1, p. 95-138, 2010
- GAVA, F. G. Avaliação na educação infantil: sentidos atribuídos por professores na creche. 2019. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.
- GEGLIO, P. C.; ROSA, A. C.; DIAS, V. G. As causas da evasão de alunos em um programa de educação de jovens e adultos. Trabalho & Educação, v. 21, n. 1, p. 53-64, 2012.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLAP, G. et al. Avaliação na/da Educação Infantil: estado da arte 2000-2012. 2013.
- GUIMARÃES, A.A.; VILLELA, F.C.B. O professor-coordenador e as atividades de início de ano. In: BRUNO, E.B.; ALMEIDA, L.R.; CHRISTOV, L.H.S. (orgs.). O coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Edições Loyola, 2012
- IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/diadema.html>. Acesso em 25 jun.2020.



INEP. Resultados da Educação Básica. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 mai. 2020.

INEP. Painel educacional. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/painel-educacional>. Acesso em 06 ago. 2020.

KOETZ, C. M.; WERLE, F. O.; CORRÊA, M.; KOVALSKI, T. F. Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. Educação, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 99-112, jan.-abr. 2015.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão na escola. Goiânia: Alternativa, 2008

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, C. C. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018

MALAVASI, M. M. S. Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação de vários segmentos da escola. XV ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO – Igualdade e diversidade na educação, 2010, Belo Horizonte. Anais..., v. 1, p. 84-103. Belo Horizonte, 2010.

MELCHIOR, M. C. Avaliação Institucional da escola básica. Porto Alegre: Premier, 2004.

MENDES, G. do S.C. V. et al. Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora. Educação e Pesquisa, v. 41, p. 1283-1298, 2015

MINAYO, M. C. de S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, p. 83-91, 2009

MOSS, P. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, M. L. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MUJIKÁ, J. F. L. et al. Evaluación del impacto y pertinencia de programas educativos municipales. Revista española de pedagogía, año LXVII, p. 337-354, 2009.



NAMEN, A.; BORGES, S.; SADALA, M. Indicadores de qualidade do ensino fundamental: o uso das tecnologias de mineração de dados e de visões multidimensionais para apoio à análise e definição de políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 238, 2013, p. 677-700

NEVO, D. *Evaluación basada en el centro: un diálogo para la mejora educativa*. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1997.

OBEDUCGABC (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO GRANDE ABC). *Relatório do primeiro trimestre de 2019*. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M.. N. S. (orgs.). *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

PAULA, E. F. *Proposta de um sistema de informações estratégicas e georreferenciadas para a secretaria municipal de educação de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2012.

PIMENTA, C. O. *Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças pequenas?* 2017. 668 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PONTES, L. A. F. *Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação, CAED. Avaliação e indicadores educacionais e políticas públicas e escola*. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2012.

SANTO ANDRÉ. *Relatório anual de monitoramento do Plano Municipal de Educação 2015/2016 - 1º Período*. Santo André, 2016. Disponível em: [https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_DE\\_MONI](https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO_ANUAL_DE_MONI)

[TORAMENTO\\_DO\\_PME\\_1P.pdf](#). Acesso em: 15 out. 2021.

SANTO ANDRÉ. *1º Relatório de Avaliação Plano Municipal de Educação 2015-2025*. Lei Municipal n.º 9.723/20.07.15. Agosto de 2017 a Dezembro de 2018. Santo André, 2018. Disponível em: [https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/Educa%C3%A7%C3%A3o/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_PME\\_-2018-compactado.pdf](https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/Educa%C3%A7%C3%A3o/Relat%C3%B3rio_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PME_-2018-compactado.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.



SANTO ANDRÉ. Relatório anual de monitoramento do Plano Municipal de Educação. Lei Municipal nº9.723/20.07/15 - 2º Período. Santo André, 2017. Disponível em: [https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/20\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_DE\\_MONITORAMENTO\\_DO\\_PME\\_\\_Vers%C3%A3o\\_Revisada.pdf](https://www2.santoandre.sp.gov.br/images/20_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_DE_MONITORAMENTO_DO_PME__Vers%C3%A3o_Revisada.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

RIBEIRO, A. A. A agenda das metas e indicadores educacionais: disseminação, atores e desafios. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. B. de. Uma leitura dos usos dos indicadores da qualidade na educação. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 141, p. 823-847, 2010.

RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. de. Indicadores da qualidade na educação/Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). São Paulo: Ação Educativa, 2004.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3.ed. Atlas: São Paulo (2012)

ROJAS, H. de los S. Formação do professor do ensino básico e a avaliação educacional. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 7-40, maio/ago. 2007.

SANTOS GUERRA, M. A. Evaluación: un proceso de diálogo, comprensión y mejora. Málaga: Ediciones Aljibe, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº16.279, de 08 de julho de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP, 09 jul. 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em 15 out. 2021.

SCANDAR NETO, W. J.; JANNUZZI, P. de M.; SILVA, P. L. do N. Sistemas de Indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores sociais? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. Caxambu/MG, 29 set. 03/ out. 2008, 14p. Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1511.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1511.pdf). Acesso em: 06 mai. 2021



SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: TYLER, R.; GAGNE, R.; SCRIVEN, M. (Eds.). Perspectives of curriculum evaluation. Chicago: Rand – McNally, 1967.

SIAS, M. A. de F.; DUTRA, R. M. M. C; BRETANHA, S.; DA SILVA, A. C. R. Avaliação Institucional: conceitos, objetivos, participação e implicações para a escola. RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, 4, 2018.

SILVA, Itamar Mendes. Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 49-64, jan./mar. 2010.

SILVA, J. C. J. Análise histórica das Constituições brasileiras. Revista Ponto e vírgula, n.10, p. 242, 2011.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 20.

SORDI, Mara Regina Lemes; LÜDKE, Menga. Os profi da educação e as suas relações com a comunidade escolar: aprendizagens no processo de qualificação da escola mediado pela avaliação institucional. EccoS: Revista Científica São Paulo, v. 11, n. 1, p. 209-227, jan./jun. 2009.

SOUZA, V. L. T. O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N de S. (orgs.) O coordenador pedagógico e os desafios da educação. São Paulo: Loyola, 2012.

SOUZA, V. L. T; PLACCO, V. M. N. de S. Um, nenhum, cem mil: a identidade do coordenador pedagógico e as relações de poder na escola. In: : ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N de S. (orgs.) O coordenador pedagógico e a legitimidade de sua atuação. São Paulo: Loyola, 2017

SWAFFIELD, S.; MACBEATH, J. School self-evaluation and the role of a critical friend. Cambridge Journal of education, v. 35, n. 2, p. 239-252, 2005.

TUSCHI, Ana Paula Carra. A participação das famílias no processo de avaliação institucional participativa na educação infantil. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual



UNICEF. Indicadores da qualidade da educação: Conjunto de dimensões e indicadores para que escolas avaliem de forma participativa o atendimento educacional e construam propostas para melhoria da educação. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/indicadores-da-qualidade-da-educacao>. Acesso em 22 de mar. de 2021.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 22.ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

VIEIRA, M. N. de A. Avaliação institucional na Educação Infantil: percursos formativos. 2015. 254f.. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.